

HISTÓRIA AMBIENTAL: INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSNACIONALIDADE E DESAFIOS

ENVIRONMENTAL HISTORY: INTERDISCIPLINARITY,
TRANSNATIONALITY
AND CHALLENGES



Márcio H. Bertazi¹

Roger D. Colacios²

Santiago Andrade³

Os desafios ambientais no contemporâneo se apresentam a partir de uma miríade de situações, localidades e interpretações. Mudanças climáticas e aquecimento global atuam como o carro-chefe destas discussões, mas a poluição, água potável, resíduos em geral, a matriz energética, mobilidade urbana e produção agrícola sustentável, entre outras questões, fazem parte da agenda global relacionada ao meio ambiente. Se os desafios são imensos e pulverizados, as possíveis soluções também seguem essa mesma característica: são ideologicamente variadas, dependentes de diferentes bases políticas-sociais, e localizadas em expectativas de futuro muitas vezes inconciliáveis entre si. Agroecologia, capitalismo verde, alimentos orgânicos, educação ambiental, energia limpa, carros elétricos, consumo consciente etc., fazem parte do glossário de termos que implicam nas tentativas de frear, mas não necessariamente acabar, com os problemas ambientais.

As análises e soluções propostas são imediatistas, pouco discutidas politicamente e com raso espectro de alcance social, focadas em saídas tecnológicas e, obviamente, lucrativas. Tomemos como breve exemplo o caso dos carros elétricos. Eles se tornaram uma realidade em boa parte do mundo, mas seus preços os colocam numa faixa de consumidores muito alta e restrita, além

¹ Doutor em Engenharia Ambiental/USP.

² Doutor em História Social/USP. Docente na Universidade Estadual de Maringá.

³ Doutor em História/UERJ. Professor da Universidade Federal de Rondônia.



dos problemas logísticos, como pontos de recarga, autonomia, custos de manutenção e por aí vai. A solução, no caso dos carros elétricos, é mais cara que a manutenção das atuais condições de poluição por veículos que utilizam os combustíveis fósseis.

A tudo isso somam-se as parcas ou inexistentes políticas públicas de incentivo a compra destes veículos elétricos, que invariavelmente não avançam no quesito acesso ao produto; pelo contrário, contribuem, quando muito, para tornar a solução em mais problemas, já que tais tecnologias exigem descarte adequado além do alto custo das peças de reposição. O mesmo pode ser dito para as soluções no campo da alimentação, como os produtos orgânicos, com preços inacessíveis à maioria da população, no campo energético e as placas solares de alto custo, no campo da reciclagem com a cada vez mais comum adoção de medidas que visam o lucro de empresas e cooperativas e que extrapolam a intenção ambiental de tais práticas.

O que queremos apontar aqui é a centralidade do capitalismo - entendido como um sistema de relações sociais e de processos sócio-metabólicos baseados na primazia da exploração e expropriação do mais-valor - como fonte dos problemas e soluções relacionados à questão ambiental. Não se trata de elegermos um bode expiatório abstrato para explicarmos o acelerado agravamento das questões ambientais; pelo contrário: o sistema do capital apresenta-se, acima de tudo, como um conjunto muito concreto e objetivo de determinações históricas, que conforma não apenas as relações entre os homens em si, mas principalmente a relação entre as sociedades humanas e o meio ambiente. Ignorar essa realidade - a historicidade inevitável da totalidade do capitalismo - é, no limite, desprezar a possibilidade de imaginarmos construções teóricas e medidas pragmáticas que embasem a contenção e a reversão da crise ambiental.

Qualquer tipo de proposta para sanar a sangria que drena todo o sangue, trabalho e tempo de humanos e não-humanos, acabará fadada a falhar desastrosamente caso não assuma a urgente tarefa de compreender os nexos e processos internos do sistema do capital. As reflexões produzidas por uma já consolidada tradição de pensamento crítico - que inclui intelectuais que vão de



Marx a Fernand Braudel, passando István Mészáros, Elmar Altvater, Bruno Latour, Donna Haraway, Dipesh Chakrabarty, John Bellamy Foster, Jason W. Moore, dentre outros - são incontornáveis justamente por apontarem não apenas as raízes históricas da crise socioambiental, mas também a necessidade de elaborarmos formas de sociabilidade que neguem radicalmente os imperativos capitalistas vigentes.

Em meio a tais miríades de problemas e soluções temos um elemento atravessador e que tem influenciado a produção científica em torno da questão ambiental: o chamado Antropoceno. Surgido em meio a um contexto frágil - uma palavra em uma palestra de Paul Crutzen nos anos 2000 - seu desenvolvimento a partir das discussões entre geólogos e outros especialistas não fortaleceu o termo, menos ainda quando invadiu a gramática das ciências humanas na última década. Ainda assim, o termo tem sido utilizado de forma generalizada por historiadores, filósofos, sociólogos, geógrafos e afins, seguindo limites e critérios pouco identificáveis, muitas vezes servindo como uma panaceia para os males ambientais do mundo, tanto como causa ou como consequência, como fonte dos males e como sua solução⁴.

De maneira geral, o Antropoceno seria tão somente a definição da atual era geológica, ou seja, a era da humanidade como força da natureza. A capacidade humana em modificar os ciclos naturais, seja pelas tecnologias, seja pelas alterações químicas e biológicas, seja pela poluição causada, são suficientes para deixar as marcas dos seres humanos nas camadas estratigráficas do solo. Porém, não obstante o Grupo de Trabalho do Antropoceno (Anthropocene Working Group - AWG)⁵ ter definido critérios objetivos para fundamentar a conceituação do termo - pelo menos do ponto de vista das ciências geológicas - as exigências de método típicas das ciências humanas e as divergências teóricas inerentes à sua produção dificultam sobremaneira a construção de um consenso minimamente razoável em torno do que seria o Antropoceno. De todo modo, boa parte das ciências humanas adotou o termo, colocando para os pesquisadores da área -

⁴ DOMENECH COLACIOS, R.; SILVA DE ANDRADE, S. Marx e o antropoceno: discussão teórico conceitual de um problema contemporâneo. **Germinal**: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 39–68, 2021.

⁵ Subcommission on Quaternary Stratigraphy. Acesso em: <http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>.



principalmente para os historiadores ambientais - a complicada tarefa de construção das bases do conceito de Antropoceno.

A ideia de adotar o Antropoceno como conceito é, de fato, sedutora. Atrai justamente porque oferece a perspectiva de uma unidade de análise que permite condensar sob seu significado as mais difusas preocupações e discussões acadêmicas. Esse guarda-chuva conceitual (ou terminológico) traz para si a capacidade de aglutinar temas e problemáticas variadas, de forma a conceber uma diretriz de compreensões e resultados mais ou menos equivalentes. De um lado, porém, ocorre a tendência, facilmente observada, de responsabilizar o Antropoceno pela situação ambiental ou mesmo colocá-lo como pivô das ameaças ao mundo natural. Por outro, ocorre também a discussão sobre a capacidade deste Antropoceno em resolver seus problemas ambientais, iniciando-se aí uma outra faceta deste conceito/termo marcada pela sua capacidade de autogestão da crise ambiental, a partir de mecanismos inatos para suposta compreensão do problema, direcionamento e consequente resolução.

As tecnologias e técnicas são elementos fundamentais para essa interpretação do Antropoceno, sendo vistas como o caminho viável para responder ao meio ambiente em crise. De fato, temos a interpretação do Antropoceno como um novo regime climático, onde a noção de resiliência, ou seja, a aceitação não conformada desta situação é o ponto-chave de toda a noção por trás do conceito.

A presença do Antropoceno provocou mudanças importantes nos estudos ambientais. Uma delas, infelizmente, está associada à retirada da pauta de discussão a crítica - no sentido marxiano - do sistema econômico-social que vivemos, o capitalismo. As formas e mecanismos de realização do capital, que são causa e consequência dos problemas ambientais, desapareceram dos debates ambientais. Em seu lugar, o Antropoceno surgiu como resposta esclarecedora sobre a origem da degradação ambiental, atribuindo-a integralmente a um ente abstrato - a humanidade. É isso que torna surpreendente a situação, pois não se trata de um vínculo entre crítica ao capital e a sua relação com determinada área ou campo teórico de análises, mas o reconhecimento há muito determinado de



que as formas de atuação do capitalismo, a expropriação primária, a tomada da natureza, acumulação e lucro, são os elementos cabais da crise ambiental.

A barreira natural criada pelo capitalismo também é o motivo do afastamento cada vez maior do ser humano da natureza. Uma divisão que sabemos ser artificial, mas que contribuiu para a atual situação do meio ambiente e do mundo natural como um todo. Até os anos 2000, talvez até o fim de sua primeira década, ainda a responsabilidade era atribuída ao capitalismo, ao sistema produtivo e de consumo, aos aspectos desenvolvimentistas e economicistas que este causou e ainda causa para todo o planeta. Tudo isso se esvai ou se oculta no manto antropogênico.

A questão que pontuamos aqui é que não se trata de retirar a culpa da humanidade, mas deixar claro que nem todos os humanos são tão responsáveis assim pelo problema ambiental. Fala-se em economizar água, reciclar o lixo, procurar alimentos orgânicos, plantar árvores, utilizar canudos ecológicos, montar uma horta etc. Ao mesmo tempo que grandes companhias continuam utilizando água sem economia, produzem materiais que são consumidos em larga escala e não são recicláveis, os alimentos orgânicos têm altos preços, o agronegócio destrói milhares de hectares de florestas por toda a parte, o derramamento de petróleo em alto mar ou zonas costeiras mata milhares de tartarugas e inclusive outros não-humanos, as hortas domésticas são regadas com água em que consta resíduo de agrotóxicos. Assim como, as condições de uso do meio ambiente num país africano, latino ou asiático não tem a mesma intensidade dos países centrais, europeus ou EUA. O africano, latino, asiático não consome tanto quanto um estadunidense, britânico ou alemão. Esta desigualdade não é apenas econômica, mas ambiental também. Não podemos pedir que cada andorinha ajude a fazer o verão, quando o aquecimento global vai acabar com todos os pássaros.

Este tema do Antropoceno não cabe ser discutido com maior aprofundamento aqui. Andrade e Colacios fizeram algumas colocações sobre isso



no artigo “Marx e o Antropoceno”⁶, também Bertazi e Colacios fizeram considerações no artigo “Educação Ambiental nas lareiras do capital”⁷. Apenas queremos apontar que este caminho antropogênico é problemático e precisa ser melhor equacionado.

De qualquer forma, este dossiê se direciona à História Ambiental brasileira, e por isso mesmo é preciso que digamos algumas palavras sobre as atuais condições do Brasil no que tange à questão ambiental.

Nos últimos anos, o país abandonou o protagonismo em questões ambientais no cenário global, e se tornou um pária internacional, sendo pivô, inclusive, de muitas crises diplomáticas envolvendo questões climáticas, ambientais, ongs e a Amazônia. Como resultado da desastrosa gestão de Jair M. Bolsonaro na presidência da República, os índices de desmatamento na Amazônia, as práticas de queimadas, o crescimento das exportações do agronegócio tornou-se a métrica que marcou, ano após ano, a realidade ambiental brasileira.

A situação tornou-se tão grave que o apoio de países que compunham o fundo amazônico foi questionado. Questionou-se também a possibilidade da Amazônia tornar-se uma região de administração internacional. O desmatamento na região no período 2019-2022 variou em torno de 10 mil até 13 mil Km², ultrapassando marcas históricas registradas pelo INPE⁸.

O desmatamento amazônico foi o carro-chefe do desastre ambiental bolsonarista, mas outros problemas também foram significativos neste setor ao longo destes quatro anos. O rebaixamento da fiscalização pelo IBAMA é o elemento mais notável. O instituto, que historicamente tem a missão de zelar pelo

⁶ DOMENECH COLACIOS, R.; SILVA DE ANDRADE, S. Marx e o antropoceno: discussão teórico conceitual de um problema contemporâneo. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 39–68, 2021.

⁷ BERTAZI, M. H.; COLACIOS, R. D. Educação Ambiental nas Lareiras do Capital: uma crítica à agenda neoliberal. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 48, 2023.

⁸ SAMPAIO, C. Desmatamento da Amazônia diminui 22,3% e atinge menor nível desde 2019, mostra Inpe. *Brasil de Fato*, 09 Nov 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/09/desmatamento-da-amazonia-diminui-22-3-e-atinge-menor-nivel-desde-2019-mostra-inpe#:~:text=Entre%20os%20anos%20de%202019,10.851%3B%2013.038%3B%20e%2011.594>. Acesso em: 07 Jan. 2024.



patrimônio ambiental nacional, foi basicamente destituído de suas funções. O então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, notório militante anti-ambientalista, junto aos desmandos de Bolsonaro, foram responsáveis pela tentativa de desmonte, principalmente via restrição orçamentária e reelaboração dos regimentos internos, do IBAMA, ICMBio e do INPE. Estas três instituições são chave para conter o avanço irresponsável do agronegócio brasileiro sobre as áreas florestais da Amazônia e também do Cerrado. Um corte orçamentário que atingia grande parte das verbas outrora disponibilizadas para a fiscalização e demais ações que visavam manter, recuperar ou reabilitar o meio ambiente nacional:

Cortes de verbas, desmobilização de servidores e interferência do governo federal. Esse é o cenário vivido há quase quatro anos pela gestão socioambiental no Brasil. O tamanho do tomo orçamentário para as políticas ambientais foi de 71% entre 2014, quando os repasses atingiram o maior patamar da história (R\$13,3 bilhões), e 2021, que contou com apenas R\$3,7 bilhões⁹.

Essa rasteira nas instituições e organismos de caráter ambiental do governo brasileiro tinha motivações diversas, mas objetivamente atendia a uma agenda que fazia questão de se manifestar em diversos espaços - notadamente na mídia. Tal agenda era pautada pela diminuição das barreiras para o avanço da agricultura e pecuária de exportação, além da abertura para a ocupação de novas terras, junto à especulação imobiliária.

Nem mesmo a prática do “meio ambiente mínimo”, utilizada desde os anos 1970 pelos EUA e depois espraiada para outras partes, teve continuidade com Bolsonaro¹⁰. Pelo contrário, houve a passagem da “boiada” como gostava de falar o então ministro do meio ambiente, a partir da utilização de medidas infralegais para que nem mesmo as normas e regras básicas de manutenção de um meio

⁹ CHAVES, L. Bolsonaro cortou orçamento do Ibama, ICMBio e Inpe, órgãos-chave para combate ao desmatamento. **Infoamazonia**, 25 Out 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/25/bolsonaro-cortou-orcamento-do-ibama-icmbio-e-inpe-orgaos-chave-para-combate-ao-desmatamento/>. Acesso em 07 Jan. 2024.

¹⁰ COLACIOS, Roger Domenech. Meio Ambiente e Neoliberalismo: a Environmental Protection Agency dos EUA (1970-1980). 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2019.



ambiente com qualidade de sobrevivência para a população em geral, fosse atendidas¹¹.

A pandemia de COVID-19 revelou outra faceta desastrosa da gestão Bolsonaro, materializada em uma postura negacionista e reacionária frente às exigências impostas pela espantosa capacidade do vírus em modificar as usuais dinâmicas econômicas, sociais e culturais humanas. Medidas sanitárias, médicas e econômicas só foram adotadas após duros embates e críticas, demonstrando, mais uma vez, que a compreensão científica e racional dos processos interacionais entre sociedades humanas e meio ambiente é uma premissa que não deve ser ignorada por nenhuma política pública interessada na manutenção da saúde coletiva.

Nesse sentido, a História Ambiental tem fundamental contribuição a oferecer. O entendimento dos processos sócio-metabólicos em perspectiva histórica e crítica deve ser elemento basilar de qualquer expectativa de futuro que tenha em seu horizonte a sobrevivência da espécie humana, obviamente em uma outra chave que não a prevalência da lógica capitalista.

No artigo que abre este dossiê, Antonio Maicon Bezerra discute as modificações arquitetônicas executadas em Rio Branco, capital do Acre, por sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores. Bezerra procura demonstrar a associação entre práticas discursivas e simbólicas, e a construção de um determinado sentido político de organização do espaço urbano rio-branquense.

O escritor Mário de Andrade é figura central do segundo texto do dossiê, escrito por Francisco Bento. De maneira perspicaz, o autor analisa os aspectos pitorescos registrados pelo poeta paulista em sua viagem à Amazônia brasileira, boliviana e peruana, relacionados à experimentação estética e sensorial de uma parte da América Latina que, na década de 1920, ainda era desconhecida da maioria dos brasileiros.

¹¹ ALESSI, G. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. **El País**, 22 Maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html> Acesso em: 07 Jan. 2024.



Emerson Neves da Silva leva-nos às paragens do extremo sul do país, nos apresentando as especificidades dos conflitos, estratégias e resistências que envolveram a comunidade de Vaca Morta - em Três Arroios, Rio Grande do Sul - e o processo de modernização agro-capitalista na década de 1980, na esteira da "revolução verde".

Na sequência, o artigo de Patrícia Vargas Lopes de Araújo apresenta uma interessante avaliação sobre o lugar dos espaços urbanos na produção historiográfica ambiental. O objetivo de Araújo é problematizar o surgimento e desenvolvimento da História Ambiental Urbana, chamando a atenção para a necessidade de que ainda há muito o que se refletir e pesquisar sobre esse subcampo da História Ambiental.

O texto de Vanessa Bueno de Castilho mantém a discussão no campo teórico, explorando as dimensões pedagógicas do conceito de agroecologia. De forma muito hábil, a autora enfatiza as potencialidades ontológicas da interseção entre a educação ambiental e a prática agroecológica, demonstrando que a História Ambiental é campo fértil para o aprofundamento de reflexões interdisciplinares.

Estevão Musa é autor do artigo seguinte, e aborda uma questão crucial para a formação social da América Latina: a composição, em chave de longa duração, da estrutura de exploração mineradora e o seu papel na entrada da região no período conhecido como Antropoceno. O panorama desenhado por Musa é importante, pois amplia a perspectiva de análise ao mesmo tempo que oferece as ferramentas teóricas necessárias para a análise de casos particulares na América Latina.

O artigo de Hélio Maia e Urânia Maia constrói, em chave interdisciplinar e histórica, considerações teóricas sobre a relação entre tecnologia e meio ambiente. Os autores enfatizam os aspectos da técnica e da energia, articulando-os às mudanças ambientais e à ação antropogênica contemporânea.

Fazendo uso de séria metodologia quantitativa e de sólido referencial teórico, Fernanda Sampaio, Simone Quiezi, Vania Gomes e Gilmar Arruda analisam as estratégias e dificuldades de jovens que optaram por permanecer na

área rural de Lidianópolis, no estado do Paraná. Porém, para além de uma história regional das estruturas familiares, os autores mobilizam referenciais da história ambiental, econômica e social, para a construção de um quadro explicativo coerente.

Leno Barata Souza explora, em seu artigo, os significados subjacentes ao discurso governamental e empresarial no Estado do Amazonas da década de 1950, quando uma enchente sem precedentes surpreendeu os moradores da capital e do interior daquele estado. Souza demonstra os conteúdos políticos, econômicos e ideológicos de um fenômeno que, aparentemente, apresentava-se como genuinamente natural e não-humano.

No último artigo deste dossiê, Felipe Bresolin nos leva para o Rio Grande do Sul da ditadura empresarial-militar. O autor filia-se a uma tradição intelectual que realiza uma leitura materialista do golpe de 1964, desnudando o seu caráter de classe e estrutural. Suas reflexões apontam para a associação necessária entre o "milagre econômico" ditatorial e a ampliação das zonas de poluição e degradação ambiental no Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul.

Em seu conjunto, os textos que compõem este dossiê evidenciam a vitalidade e a complexidade da História Ambiental, bem como a variedade de escritas historiográficas que esse campo propicia. Esperamos que esta publicação incentive os estudos de História Ambiental na (e sobre a) região amazônica, e que os caminhos aqui apontados sirvam de ponto de partida para outras pesquisas e reflexões.

Referências

ALESSI, G. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. **El País**, 22 Maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html> Acesso em: 07 jan. 2024.

BERTAZI, M. H.; COLACIOS, R. D. Educação Ambiental nas Lareiras do Capital: uma crítica à agenda neoliberal. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 48, 2023.

CHAVES, L. Bolsonaro cortou orçamento do Ibama, ICMBio e Inpe, órgãos-chave para combate ao desmatamento. **Infoamazonia**, 25 Out 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/25/bolsonaro-cortou-orcamento-do-ibama-icmbio-e-inpe-orgaos-chave-para-combate-ao-desmatamento/> Acesso em: 07 jan. 2024.



COLACIOS, Roger Domenech. Meio Ambiente e Neoliberalismo: a Environmental Protection Agency dos EUA (1970-1980). 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2019.

DOMENECH COLACIOS, R.; SILVA DE ANDRADE, S. Marx e o antropoceno: discussão teórico conceitual de um problema contemporâneo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 39–68, 2021.

SAMPAIO, C. Desmatamento da Amazônia diminui 22,3% e atinge menor nível desde 2019, mostra Inpe. **Brasil de Fato**, 09 Nov 2023. Disponível em:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/11/09/desmatamento-da-amazonia-diminui-22-3-e-atinge-menor-nivel-desde-2019-mostra-inpe#:~:text=Entre%20os%20anos%20de%202019,10.851%3B%2013.038%3B%20e%2011.594>.

Acesso em: 07 jan. 2024.

